

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2011

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro – Rioprevidência foi instituído pela Lei Estadual n.º 3.189, de 22 de fevereiro de 1999, na forma de autarquia pública é dotado de personalidade jurídica de direito público, com a finalidade de gerir os ativos financeiros, visando o custeio do pagamento dos proventos, pensões e outros benefícios previdenciários, dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, observadas as Emendas Constitucionais n.º 20/98, 41/03, 47/05, as Leis Federais n.ºs 9.717/98 e 10.887/04.

A Lei Estadual n.º 5.109 de 15 de outubro de 2007, que extinguiu o Instituto de Previdência do Estado do Rio de Janeiro – IPERJ transferiu ao Rioprevidência a competência para a habilitação, administração e pagamento dos benefícios previdenciários previstos na legislação estadual, que dispõe sobre o regime previdenciário dos servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro e seus dependentes, incorporou seus Ativos e Passivos (direitos e obrigações), considerando inclusive o Rioprevidência seu sucessor histórico.

Com a publicação da Lei Estadual nº 5.260, de 11 de junho de 2008, houve a unificação do Regime Jurídico próprio e único da Previdência Social dos Membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas e dos Servidores Públicos Estatutários do Estado do Rio de Janeiro, cabendo ao Rioprevidência a gestão deste regime previdenciário.

1.1 MISSÃO

Prestar serviços com excelência aos nossos clientes (servidores ativos, inativos, pensionistas e dependentes), com eficiência de atendimento, credibilidade, respeito e responsabilidade social, com administração transparente e eficaz do patrimônio, para cumprimento das obrigações previdenciárias atuais e futuras, além de contribuir para a gestão fiscal do Estado.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2011

1.2 VISÃO

Ser a melhor gestora de Regimes Próprios de Previdência Social do Brasil, com excelência comprovada, tendo como diretrizes:

- Satisfação na prestação de serviços aos seus clientes
- Boas práticas de gestão de ativos e passivos
- Governança, transparência e conformidade na gestão do negócio.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações apresentadas consolidam a referida incorporação de direitos e obrigações para os saldos apresentados.

A Autarquia utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira dos Estados e Municípios – SIAFEM-RJ, instituído pelo Decreto Estadual n.º 22.939 de 30 de janeiro de 1997, para contabilização de suas operações, em conformidade com as normas de Finanças e Contabilidade Pública, aplicando-se a Lei Federal n.º 4.320/64, a Lei Complementar n.º 101/00, a Lei Estadual n.º 287/79, a Portaria MPS n.º 916/03 e as alterações vigentes, a Portaria MPS n.º 402/08 e Portaria MPS n.º 403/08.

As despesas fixadas e as receitas previstas estão contidas na Lei Estadual n.º 5.858, de 03 de janeiro de 2011 – Lei do Orçamento Anual/LOA - 2011, estando as atividades do Fundo inseridas no Orçamento do Estado do Rio de Janeiro de 2011, e apresentadas em reais.



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2011

A nova estrutura do Rioprevidência fez com que as decisões relativas aos investimentos sejam colegiadas, eliminando as alçadas individuais. A estratégia de alocação de recursos é estabelecida anualmente no Plano Anual de Investimentos (PAI), documento elaborado pela Diretoria Executiva do Rioprevidência, aprovado pelo Conselho de Administração. As diretrizes mensais são discutidas pelo Comitê de Investimentos onde são definidas as estratégias de alocação de recursos para o mês seguinte (curto prazo), realizando os ajustes necessários frente às alterações da conjuntura econômica e aprovada pela Diretoria Executiva. As decisões do Comitê de Investimentos são vinculantes para o Diretor de Investimentos, que as deve seguir, aplicando-as em conformidade com a legislação vigente.

Os investimentos imobiliários são registrados pelos valores de avaliações que precedem às transferências dos mesmos para o patrimônio do Fundo. As reavaliações são realizadas sob supervisão da Gerência de Controle e Registro – GCR, subordinada à Diretoria de Investimentos, e sendo registradas conforme Notas Técnicas encaminhadas à Gerência de Controladoria.

A gestão dos ativos do Rioprevidência é um dos pilares para se atingir rentabilidade, solvência, liquidez e transparência na poupança previdenciária dos servidores do Estado do Rio de Janeiro e de seus beneficiários.

2.1 DEPRECIAÇÃO

A partir do exercício de 2004, os Bens Móveis começaram a ser depreciados, pelo método linear, de acordo com as taxas estabelecidas em função da vida útil fixada por espécie de bens, conforme a seguinte tabela:

CONTA	TAXA
Móveis e Utensílios	10%
Máquinas e Equipamentos	10%
Instalações	10%
Veículos	20%
Computadores, Periféricos e Balcão de Atendimento	20%
Softwares e Sistema Integrado de Gestão	20%

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis em 31.12.2011
3. BALANÇO PATRIMONIAL
3.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO
3.1.1 CIRCULANTE

O grupo disponível apresenta as disponibilidades financeiras em moeda nacional.

DISPONÍVEL	31/12/2010	31/12/2011	Var. %
Bancos Conta Movimento	12.017.436	738.300	-93,86
TOTAL - R\$	12.017.436	738.300	-93,86

3.2 REALIZÁVEL
3.2.1 PREVIDENCIAL

Registra os valores a serem realizados a Curto e a Longo Prazo, destinados aos pagamentos das despesas previdenciárias.

REALIZÁVEL PREVIDENCIAL	31/12/2010	31/12/2011	Var. %
Direitos de Royalties e Participação Especial - art. 20, § 1º da Constituição Federal	54.332.975.199	73.975.787.459	36,15
Saldo do Contrato com o Governo do ERJ, para recomposição do fluxo original dos CFTs - MP 137/03 (Processo E-01/300.003/04)	2.471.128.271	3.488.335.572	41,16
Créditos em Cobrança - Parcelamentos	538.657.618	624.620.551	15,96
Dívida Ativa Tributária e Não Tributária	302.277.791	1.012.671.621	235,01
Contribuições Patronais a Receber	120.622.096	240.627.801	99,49
Créditos Diversos a Receber	2.478.269.244	2.161.526.431	-12,78
Outros Créditos - Diversos Responsáveis / Valores em Trânsito	51.250.578	54.677.870	6,69
TOTAL - R\$	60.295.180.797	81.558.247.305	35,26

- A variação de 36,15% nos ativos dos **Royalties e Participações Especiais** em relação ao ano anterior deve-se à reavaliação realizada pela Secretaria de Estado de Fazenda – SEFAZ, utilizando os parâmetros para a produção de petróleo fornecidos pela Agência Nacional de Petróleo, Gás e Bicom bustíveis (ANP).

Para as estimativas de produção, a SEFAZ utilizou o Plano Anual de Produção (PAP) e o Plano de Desenvolvimento da Produção (PD). O PAP baseia-se na estimativa de produção fornecida por cada concessionária para cada campo de exploração de petróleo nos próximos cinco anos. Já o PD constitui estimativa de longo prazo sobre a capacidade de produção do campo, fornecida pelo concessionário à agência reguladora – Nota Técnica GOP/DIN N.º 009/2012.

